



Aprovada correção da tabela do Imposto de Renda

Novos valores, que valerão em 2016, beneficiarão principalmente aqueles que têm salários mais baixos. Mudança agora segue para a sanção presidencial

O Plenário do Senado aprovou ontem a proposta que reajusta a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física de 2016. De acordo com o texto aprovado, a correção das faixas salariais sobre as quais se cobra o imposto será escalonada, indo de 4,5% a 6,5%. O índice mais alto será aplicado às duas primeiras faixas salariais (a da isenção e da que se cobram 7,5%), isto é, aos

trabalhadores que têm as menores rendas. Eles, portanto, são os que mais se beneficiam. A ideia inicial do governo era fazer um reajuste único de 6,5%. A medida aprovada dividiu os senadores. Alguns disseram que a inflação foi maior que o reajuste da tabela, o que, na prática, prejudica a população. Outros apoiaram a proposta pelo fato de privilegiar as pessoas com renda mais baixa. **3**

Novos valores

FAIXAS DE PAGAMENTO

Menos de R\$ 1.903,99	isento
R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65	7,5%
R\$ 2.826,65 a R\$ 3.751,05	15%
R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5%
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%

DEDUÇÕES ANUAIS

POR DEPENDENTE	de R\$ 2.156,52 para R\$ 2.275,08
COM EDUCAÇÃO	de R\$ 3.375,83 para R\$ 3.561,50



Renan (C) recebe Sarney, Lula, Viana e Lobão para debater a reforma

Reforma política tem lista com 11 prioridades no Senado

A Comissão da Reforma Política deve começar hoje a analisar os 11 projetos sugeridos pelo relator, Romero Jucá, como prioritários. Entre as propostas, limite de acesso ao Fundo Partidário, corte de custos nas eleições e cotas para mulheres no Legislativo. Jucá disse que duas propostas trazem

alternativas às eleições proporcionais, com distribuição de vagas independentemente de coligações partidárias. A reforma política foi também o principal assunto de encontro ontem entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os ex-presidentes José Sarney e Lula, além de senadores do PT e do PMDB. **4**

Especialistas apoiam preço fixo para livro recém-lançado **6**

Deponentes não respondem a senadores sobre suborno no Carf **7**

Proposta que altera participação da Petrobras no pré-sal gera polêmica

Será retomada hoje pelos senadores a análise de projeto de José Serra que altera a participação da Petrobras na exploração da camada pré-sal. O texto acaba com a obrigação da estatal de

ser operadora exclusiva e a libera de entrar com participação mínima de 30% nos leilões. Ontem sessão temática realizada no Plenário mostrou que não há consenso sobre o tema. **5**



Debate em Plenário sobre exploração do pré-sal durou cerca de seis horas

Vão para sanção novos salários do Judiciário

O Plenário aprovou a proposta que estabelece o aumento do salário dos servidores do Poder Judiciário. Os reajustes variarão de 53% a 78,56%, dependendo da classe e do padrão do funcionário. O texto agora depende da sanção da presidente Dilma Rousseff. **3**

Relatório parcial sobre pacto federativo sai hoje

A Comissão do Pacto Federativo se reunirá hoje para conhecer o relatório parcial do senador Fernando Bezerra Coelho. Os senadores do grupo apresentaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, seis projetos que já podem entrar na pauta do Plenário. **4**

Audiência mostra que centro de biotecnologia está subaproveitado **6**

Projeto isenta de IPI adaptação de veículos para deficientes **8**



Reprodução

Encartado nesta edição, o Boletim da Ouvidoria do Senado

CPI do HSBC aprova quebra de sigilo de correntistas do banco na Suíça

A comissão que apura supostas irregularidades nas contas de brasileiros na Suíça aprovou ontem requerimentos de quebra de sigilos fiscal e bancário.

Alguns senadores questionaram a iniciativa, mas Randolfe Rodrigues, autor dos pedidos, disse que acesso a dados é essencial para investigação. **7**

Presidente da CPI, senador Paulo Rocha, e o vice, Randolfe Rodrigues, conduzem reunião da comissão



Ana Volpe/Agência Senado

Renan afirma apoiar pedidos de sindicalistas

Representantes de sindicatos pediram ontem ao presidente do Senado que aprove reajuste nas aposentadorias superiores a um salário mínimo e projeto que fixa alternativa ao fator previdenciário

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com líderes sindicais para tratar das propostas da política de valorização do salário mínimo (MP 672/2015) e de novas regras de aposentadoria (MP 676/2015).

Segundo Miguel Torres, presidente da Força Sindical, Renan manifestou apoio ao texto da MP 672 que foi aprovado pela Câmara na quarta. Uma emenda acatada pelos deputados estende os mesmos ajustes pagos aos trabalhadores da ativa aos benefícios da Previdência Social superiores a um salário mínimo.

— Ele [Renan] falou que

concorda e acha que o que foi aprovado na Câmara é o certo. Essa garantia, para nós, é uma esperança. Ele vai trabalhar para isso — disse.

Renan assegurou que a causa dos aposentados é “muito importante” para o Senado. Na semana passada, o presidente havia dito que a Casa “terá bom senso” ao votar a medida.

Em relação às mudanças na aposentadoria, Renan acatou o pedido dos sindicalistas para dar prioridade à MP 676, que traz uma alternativa ao fator previdenciário. A proposta do Executivo é a fórmula 85/95 com uma regra de progressão, que leva em consideração o au-

mento da expectativa de vida.

A fórmula 85/95 já havia sido aprovada pelo Congresso no final de maio, em substituição ao fator previdenciário, porém sem a regra de progressão. A presidente Dilma Rousseff vetou a decisão e Renan havia marcado para o próximo dia 14 a apreciação do veto. No entanto, a pedido dos líderes sindicais, decidiu adiar a votação e dar preferência a um entendimento em relação à MP. Ainda não há nova data.

— Para nós é ótimo, porque vamos negociar dentro da MP. Não estamos recuando. O veto é uma garantia para os trabalhadores. Se não avançarem as negociações da MP, vamos lutar para derrubar o veto — explicou Torres.

Segundo o sindicalista, Renan informou que o Congresso ainda vai criar uma estratégia de negociação da MP. Há duas semanas, o presidente do Senado havia afirmado que a proposta deve ser alterada para não ser “descaracterizada”:

— Ao partir da fórmula 85/95, a MP consagra avanços. Se a regra de progressão anula essa fórmula, o papel do Congresso é mudá-la e melhorá-la.



Renan Calheiros (C) recebe no Senado representantes de entidades sindicais

Comissão ouvirá governo e indústria sobre tributo

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 675/2015 vai ouvir na terça-feira integrantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir o aumento de 15% para 20% na Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga por bancos.

A audiência pública foi solicitada pelo presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), e pela relatora da proposta, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Serão convidados representantes da Frente Nacional de Prefeitos, dos governos estaduais e o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda.

A MP faz parte do ajuste fiscal e o governo federal espera aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 4 bilhões. Além dos bancos, pagam CSLL corretoras de câmbio, distribuidoras de valores mobiliários e empresas de capitalização.

Sávio propõe que o aumento da receita federal proporcionado pela medida seja compartilhado entre estados e municípios. Hoje, 100% da contribuição fica com a União.

— A verdade é que o cidadão vive no município. É lá que ele esbarra em postos de saúde que não estão funcionando — argumentou.

Essa distribuição, disse ele,

pode seguir o modelo das transferências constitucionais dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Para Sávio, a discussão sobre o impacto econômico da MP 675/2015 não pode ser restrita às instituições financeiras:

— A regra do jogo é que um aumento de tributo não vai surtir efeito apenas no setor bancário, mas na vida das pessoas que usam o serviço. Precisamos saber o quanto da elevação do custo desse setor será repassado ao preço final.

Gleisi ressaltou que vai considerar, em seu parecer, os interesses do governo e dos setores afetados.

Oficinas do Interlegis no Tocantins reúnem 15 câmaras

Vicentinho Alves (PR-TO) abriu anteontem o Encontro Interlegis em Araguatins (TO), que reuniu vereadores e servidores de 12 câmaras municipais da região conhecida como Bico do Papagaio, além de duas do Pará e uma do Maranhão.

— Nosso objetivo é aprimorar os padrões de transparência, garantindo mais eficiência

e mais acesso da população aos trabalhos dos seus representantes — disse.

Vicentinho ressaltou que os produtos e serviços oferecidos gratuitamente pelo Interlegis às Casas legislativas, incluindo os treinamentos, dão-lhes condições de cumprir as exigências das Leis de Transparência e de Acesso à Informação.

Diretor-executivo do Institu-

to Legislativo Brasileiro (ILB), gestor do Interlegis, Helder Rebouças disse que uma câmara sem site deixa de se comunicar com o cidadão, que não tem como acompanhar o trabalho de seus representantes.

As câmaras participantes do encontro, ao final das oficinas, na sexta-feira, poderão sair com os portais de internet já implantados.



Bancada feminina debate ações para obter apoio ao projeto de cotas

Senadoras discutem estratégias para cotas de mulheres no Legislativo

A bancada feminina do Senado, coordenada pela procuradora da Mulher, Vanessa Gazziotin (PCdoB-AM), discutiu ontem novas estratégias para a tramitação, durante o debate da reforma política, do projeto de cotas para mulheres no Congresso.

Estiveram presentes Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lúcia Vânia (sem partido-GO), Lídice da Mata (PSB-BA), Maria do Carmo

(DEM-SE), Marta Suplicy (sem partido-SP), Simone Tebet (PMDB-MS) e a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

As senadoras acertaram a implantação de campanha de sensibilização, a começar pelas mídias sociais, com vídeos das próprias parlamentares.

Vanessa sugeriu fôlder sobre a importância do apoio à representação feminina na política. Segundo ela, a publicação seria distribuída às lideranças nos estados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



Logística

8h30 Audiência interativa sobre investimentos em logística no Porto do Açú.

CAS Mortalidade materna

9h Audiência interativa avalia o Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

CDR Revitalização do São Francisco

9h Na pauta, projeto que institui normas para a revitalização do Rio São Francisco.

CDH Meia-entrada

9h30 Audiência sobre a meia-entrada.

CCJ Sabatina para o CNJ

10h Sabatina da juíza Daldice Maria de Almeida e do advogado José Noberto Lopes Campelo, indicados ao CNJ.

CE Mês da Poesia

10h Audiência interativa para instruir o projeto que cria o Mês da Poesia.

CONGRESSO Vetos

11h O Congresso analisa os Vetos 5 a 13/2015 e crédito extra para o pagamento de beneficiários do fundo Aerus.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros preside a sessão do Congresso. Às 15h30, recebe Ricardo Ferreira, o empresário Jorge Gerdau e representantes da Associação dos Exportadores do Brasil. Às 16h, ordem do dia.

CMO Colegiado de líderes

13h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 13h30, reunião deliberativa extraordinária.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião

13h30 A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher se reúne para análise do plano de trabalho.

PLENÁRIO Petrobras no pré-sal

14h A análise do PLS 131/2015, sobre a participação da Petrobras na exploração do pré-sal, é um dos itens da pauta.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Audiência

14h30 A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas faz audiência sobre o papel do setor sucroenergético na redução das emissões de gases de efeito estufa.

REFORMA POLÍTICA Pauta

14h30 A Comissão de Reforma Política discute as minutas de projetos apresentadas pelo relator, Romero Jucá.

ESTATAIS Lei de responsabilidade

14h30 A comissão mista que elaborará o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais faz audiência com representantes da Petrobras, do Banco do Brasil e da Valec.

MERCOSUL Parlasul

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul faz audiência com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para debater a importância do Parlasul no desenvolvimento do Mercosul.

PACTO FEDERATIVO Relatório

14h30 A Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo se reúne para a apresentação do relatório geral.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Valores reajustados valerão em 2016 e beneficiarão principalmente os contribuintes que têm renda mais baixa. Proposta agora irá para sanção da presidente Dilma Rousseff

Senado aprova nova tabela do Imposto de Renda

OS SENADORES APROVARAM ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2015, oriundo da Medida Provisória (MP) 670/2015, que corrige os valores mensais da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Editada pelo Executivo como alternativa ao veto do projeto anterior que assegurava reajuste linear de 6,5% para todas as faixas salariais, a MP prevê correção que varia de 4,5% a 6,5%, em vigor desde abril deste ano. A matéria irá para a sanção presidencial.

De acordo com a MP, os trabalhadores que ganham de R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65 pagam 7,5% em Imposto de Renda. Já para as rendas entre R\$ 2.826,65 a R\$ 3.751,05, o imposto é de 15%. Os que recebem de R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68 pagam 22,5%. A faixa mais alta,

com imposto de 27,5%, pega todos com salário superior a R\$ 4.664,68. Os que recebem menos de R\$ 1.903,99 não recolhem Imposto de Renda.

A MP também reajustou as deduções mensais e as da declaração anual do IR. Desde abril, a dedução mensal com dependentes passou para R\$ 189,59. Era de R\$ 179,71. A dedução anual por dependentes é agora de R\$ 2.275,08.

As despesas com educação também estão corrigidas. A dedução da declaração anual passou de R\$ 3.375,83 para R\$ 3.561,50 na declaração de 2016.

Emendas

O relator da medida, Eunício Oliveira (PMDB-CE), acatou emenda que autoriza o Executivo a conceder subvenção econômica ao seguro



Senadores durante votação do reajuste da tabela do Imposto de Renda: novos valores passarão a valer no ano que vem

rural contratado em 2014. O dispositivo torna eficaz a suplementação orçamentária de R\$ 300 milhões anunciada pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso no ano passado. O seguro atenderá agricultores familiares

que enfrentam estiagem no Nordeste.

O texto aprovado no Senado também manteve duas emendas apresentadas na Câmara. A primeira permite aos professores deduzir da base de cálculo da declaração de ajuste

do Imposto de Renda as despesas com a compra de livros. A segunda emenda concede isenção de PIS-Pasep e da Cofins sobre o óleo diesel. A ideia foi atender reivindicação do movimento dos caminhoneiros para diminuir os custos com o transporte.

Os senadores, porém, rejeitaram outros três destaques apresentados em Plenário. O primeiro, do líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), previa reajuste na tabela do Imposto de Renda retroativo a janeiro, e não a partir de abril, como prevê a medida.

Os outros dois destaques rejeitados, de Cristovam Buarque (PDT-DF), propunham reajuste de 8% na tabela, no lugar de 6,5%, além de duas novas faixas de contribuição, de 32,5% e de 37%, para quem ganha salários mais altos. A restituição dessas alíquotas seria transformada em crédito para as camadas mais pobres da população.

Senadores se dividem sobre correção de valores do tributo

Reguffe (PDT-DF) considerou a medida um alívio para o contribuinte, mas registrou que a correção da tabela ficou aquém da inflação anual do período. Segundo ele, o governo adotou essa estratégia para aumentar a carga tributária de forma disfarçada.

Walter Pinheiro (PT-BA) observou que a medida foi fruto de acordo entre as lideranças políticas.

José Pimentel (PT-CE) disse que a medida tem como objetivo diminuir a carga tributária sobre aqueles que menos recebem, que terão mais recursos para investimentos pessoais.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o go-

verno, “que mais uma vez coloca a mão grande no bolso do contribuinte”. Ele lamentou que a correção prevaleça a partir de abril, e não a partir de janeiro.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a medida e disse que os líderes do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003) nunca defenderam emendas “para se contrapor a uma política permanente de não reajustar a tabela do Imposto de Renda”.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) destacou que o país convive hoje com o desemprego de mais de 8 milhões de pessoas.

Donizeti Nogueira (PT-TO) disse que os opositores negavam o passado,

ao lembrar que a inflação atingiu mais de 12% no final de 2002.

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a medida favorece a economia, ao produzir emprego e proteger a população de menor renda.

Lúcia Vânia (sem partido-GO) disse que o Imposto de Renda constitui um excelente instrumento de justiça social.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a medida provisória, ao estabelecer diferentes índices de reajuste, viola o princípio de igualdade entre os contribuintes.

Omar Aziz (PSD-AM) advertiu que o salário do trabalhador não representa lucro no fim do mês.

Servidores da Justiça ganham aumento de até 78%

Segue para sanção o PLC 28/2015, aprovado ontem pelo Senado, que dá reajuste escalonado para servidores do Judiciário. O aumento varia de 53% a 78,56%, em função da classe e do padrão do servidor, e deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017. Dependerá da existência de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A votação foi acompanhada nas galerias do Plenário pela categoria, que desde o início da tarde fez manifestação em frente ao Congresso com buzinaço,

faixas e palavras de ordem.

— Hoje se conclui uma marcha, uma luta que merece ser celebrada — disse Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Como contrapartida ao aumento, os órgãos do Judiciário terão de se esforçar para racionalizar estruturas administrativas e reduzir gastos com funções de confiança no prazo de um ano.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), chegou a apresentar requerimento para adiar a votação. Ele advertiu que a proposta será vetada, com o risco de “começar tudo do zero”, e disse que um novo

projeto seria apresentado antes do recesso. Roberto Requião (PMDB-PR), porém, lembrou o compromisso de que o projeto fosse votado ontem. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Benedito de Lira (PP-AL) também cobraram o cumprimento do acordo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, ponderou que um adiamento viria somente por decisão coletiva. Paulo Paim (PT-RS) fez questão de dizer que a maioria dos votos do PT foi a favor do aumento.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que seria uma falta de respeito adiar a votação e sugeriu a criação de um grupo de senadores para pedir à presidente Dilma Rousseff que o aumento não seja vetado. Enquanto os servidores da Justiça cantavam o Hino Nacional nas galerias do Senado e comemoravam no gramado em frente ao Congresso, Delcídio alertava o Plenário:

— Procurei buscar uma solução de bom senso. Fomos derrotados pela maioria. Quero registrar que esse projeto será vetado e as negociações vão retornar a zero. O governo vetará esse projeto e muitos aqui sabem o porquê: por conta dos desdobramentos dessa proposta que foi hoje aqui aprovada — afirmou o líder do governo.

Votações de lei para menores e de vetos ficam para hoje

Depois de ouvir apelos de vários senadores, o presidente do Senado, Renan Calheiros, adiou a discussão e a votação do PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criando um regime especial para menores que praticarem crime hediondo. Apesar do regime de urgência, não havia consenso. Renan anunciou que hoje se reunirá com líderes e outros senadores para definir um encaminhamento definitivo. Pelo substitutivo de José Pimentel (PT-CE), o regime especial deverá alcançar jovens dos 18 aos 26 anos que estiveram envolvidos, quando menores, em crimes graves. O período de internação poderá durar até oito anos.

Também foi remarcada para hoje, às 11h, sessão do Congresso para analisar nove vetos presidenciais e o o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões para pagamento a cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil.



Representantes dos servidores do Judiciário fazem manifestação diante do Congresso pelo reajuste

Relator sugere pauta para a reforma política

Jucá elencou 11 propostas para análise de comissão, entre elas alternativa às eleições proporcionais. Senadores pediram para incluir financiamento de campanha no debate

O RELATOR DA Comissão da Reforma Política, Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ontem que o colegiado inicie os trabalhos pela discussão de 11 propostas que ainda não foram examinadas pela Câmara.

Um dos projetos prevê novas eleições em caso de cassação de eleitos em cargo majoritário — presidente, governador, senador e prefeito. Outro diz que o tempo do partido, nos programas de TV e rádio, seria proporcional ao tamanho da bancada na Câmara. A comissão também deve analisar projeto que exige pelo menos seis meses de filiação ao partido para concorrer a cargo eletivo.

Outros dois textos disciplinam as eleições proporcionais. Jucá disse que trouxe uma alternativa ao que já vem sendo discutido. Pela proposta, “independentemente das coligações, a distribuição de vagas no sistema proporcional será segundo a força eleitoral de cada partido”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu, porém, uma negociação com os deputados para que a Câmara mude de opinião e aprove o fim da coligação dos partidos nas eleições proporcionais. Em maio, os deputados mantiveram a modalidade de votação.

— Várias lideranças acham que ainda há possibilidade de uma articulação para proibir a coligação proporcional. Essa seria a grande cláusula de barreira.

Um dos projetos polêmicos é sobre o Fundo Partidário. Pelo texto, somente os partidos com diretórios políticos em mais da metade dos municípios terá

direito a receber os recursos.

— Essa proposta de Walter Pinheiro (PT-BA) visa ao fortalecimento dos partidos. É um projeto que procura institucionalizar, de forma mais dura e consistente, os partidos — afirmou Jucá.

Há também uma série de ideias para cortar custos das eleições, como limitar gastos com pessoal da campanha e reduzir o período da propaganda eleitoral. Outra proposta quer aumentar a participação feminina nos cargos eletivos a partir de cotas destinadas às mulheres em três eleições consecutivas para cadeiras da Câmara e dos Legislativos estaduais e municipais.

Papel do Senado

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), frisou que a sociedade aguarda pelo resultado do esforço do Senado em propor a reforma.

— Há uma expectativa enorme de que do Senado surja uma mediação que nos leve a algo com substância — disse.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que ele e outros senadores discutiram ontem com os ex-presidentes da República José Sarney e Lula as melhores alternativas de reforma. Afirmou que também pretende se reunir com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, além de ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

— Tenho me colocado à disposição e na retaguarda dessa comissão para que a gente possa ir afinando a estratégia de votação e, dessa forma, pôr em prática essa mudança fun-



Romero Jucá (D) apresenta a pauta da reforma política, ao lado de Jader Barbalho, Jorge Viana e Renan Calheiros

damental. Outro dia eu disse que vamos continuar focados na única tarefa da qual não devemos abrir mão, que é fazer a reinvenção e a mudança da nossa política — disse Renan.

As primeiras propostas de Jucá não trataram de financiamento de campanha, o que afligiu alguns senadores. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) enfatizou que essa é uma cobrança da sociedade. Para Reguffe (PDT-DF), a reforma política produzida pelo Senado deve ser mais profunda que a em votação na Câmara.

Jucá explicou que tinha deixado para um segundo momento as discussões sobre o financiamento, mas, diante das cobranças, apresentou um esboço de regras para o custeio das eleições.

A comissão volta a se reunir hoje, às 14h30.

Renan diz que Lula não considera oportuno fim da reeleição no Executivo

Reforma política foi o principal assunto de um café da manhã com Renan e o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, além de senadores do PT e do PMDB. Segundo o presidente do Senado, Lula deu sugestões e defendeu pontos como a manutenção do instituto da reeleição.

— Entre outras coisas, Lula disse que não achava oportuno o fim da reeleição. Ele entende que o mandato de quatro anos é um mandato muito curto para não ter reeleição. Se fosse um mandato de cinco, tudo bem, mas ele acha difícil a extensão dos mandatos para cinco anos — disse Renan.

Participaram do encontro os peemedebistas José Sarney (AP), Romero Jucá (RR), Eunício Oliveira (CE) e Edison Lobão (MA), além dos senadores petistas Jorge Viana (AC) e Delcídio do Amaral (MS).

A proposta de reforma política aprovada na Câmara prevê o fim da reeleição para os cargos do Executivo (presidente, governador e prefeito), além da duração de cinco anos para todos os cargos eletivos (vereadores, deputados, prefeitos, senadores, governadores e presidente) a partir de 2022, com regra de transição para senadores. (Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Comissão do Pacto Federativo apresenta relatório parcial hoje



A comissão especial criada para aprimorar o pacto federativo reúne-se hoje para a apresentação do relatório parcial de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Deve ser votada a convocação do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e da professora Tania Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco. A comissão entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, três propostas de emenda à Constituição e três projetos de lei que tratam do pacto federativo, em estágio avançado de tramitação, para que entrem na ordem do dia.

— Entregamos 20 projetos na semana passada, já como

resultado do primeiro trabalho. E hoje o relator preparou uma lista com esses seis. São projetos que não causam impactos, não oneram o Orçamento da União, e que já podiam compor a ordem do dia de amanhã [hoje] — observou Walter Pinheiro (PT-BA), que preside a comissão.

Renan ressaltou que algumas matérias necessitam da apresentação de requerimentos de urgência para serem votadas em Plenário. As duas principais diretrizes para o trabalho da comissão são afastar a possibilidade de novos custos, vedando a transferência de encargos para estados e municípios, e criar oportunidades de investimentos nesses entes federativos.

Proposições

- **PEC 78/2013** Prorrogação da vigência dos percentuais mínimos destinados à irrigação. Em Plenário. Ainda em discussão.
- **PEC 73/2015** Permite que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação direta de constitucionalidade (ADC). Aguardando designação de relator na CCJ.
- **PEC 33/2014** Insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Na CCJ, aguardando análise de emendas.
- **PLS 277/2014 Complementar** Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para prever que a revisão da base de cálculo do IPTU e a atualização monetária dos valores que a compõem constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Existe requerimento, de autoria de José Pimentel (PT-CE), ainda não apreciado, pela tramitação conjunta com vários projetos de lei do Senado complementares.
- **PLS 501/2013 Complementar** Determina a incidência do ISS sobre o rastreamento e monitoramento de veículos. Aprovado na CCT. Aguardando designação de relator na CAE.
- **PLS 425/2014** Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos sólidos (erradicação dos lixões). Aguardando inclusão na ordem do dia.

Debates com governadores e prefeitos já estão na internet

Os resultados do Encontro com Prefeitos sobre o Pacto Federativo já podem ser encontrados em uma publicação na internet. A íntegra dos debates, a Carta pelo Fortalecimento dos Municípios e imagens do evento fazem parte do livro.

Há textos sobre o debate, em 17 de junho, entre mais de 50

prefeitos de todas as regiões do Brasil e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios. Também está disponível a publicação sobre o encontro dos presidentes do Senado e da Câmara com governado-

res, em 20 de maio, em torno de alternativas para o pacto federativo. Eles reclamaram da escassez de recursos e da retenção pela União da maior parte dos impostos.

Acesse as publicações:

- <http://bit.ly/encontroPrefeitos>
- <http://bit.ly/encontroGovernadores>

Sessão temática discutiu projeto de Serra que acaba com a obrigatoriedade da estatal de ser operadora exclusiva. Análise da proposta será retomada hoje pelos senadores

Atuação da Petrobras no pré-sal divide opiniões

A ANÁLISE DO projeto de José Serra (PSDB-SP) que trata da participação mínima da Petrobras na exploração do pré-sal será retomada hoje pelo Plenário. Walter Pinheiro (PT-BA) deverá apresentar requerimento para a criação de uma comissão especial com sete senadores, que terão 90 dias para debater o assunto.

Ontem, sessão temática realizada em Plenário sobre o projeto (PLS 131/2015) mostrou que o assunto é polêmico e está longe de consenso. O texto acaba com a obrigatoriedade de a estatal ser operadora exclusiva e a libera de entrar com 30% de participação mínima nos leilões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o petróleo continuará sendo fonte estratégica por muitos anos e que a Petrobras, “apesar dos pesares”, continua tendo a confiança do mercado internacional. Para ele, a questão também não pode ser vista apenas sob o prisma econômico:

— As decisões urgem. O momento é propício, pois toda a nação se preocupa em encontrar saídas para a empresa, e o assunto, como todos sabem, é candente. A questão energética é crucial. Vários são os exemplos de países que, após a submissão às práticas das grandes corporações do setor, ficaram a ver navios, como a Argentina e a Indonésia.

Um dos contrários ao projeto de José Serra é o professor Ildo Sauer, que acredita que a reserva brasileira seja de 100 bilhões de barris, muito acima dos 30 bilhões oficialmente anunciados.

O ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Haroldo Lima também pediu a rejeição da proposta sob o argumento de que, na experiência mundial, não existe um contrato de partilha em que a estatal de petróleo

esteja fora. Além disso, lembrou que, se o ritmo da produção não for acompanhado pelo Estado brasileiro, corre-se o risco de serem criadas condições para o surgimento da chamada “doença holandesa”, a crise da economia surgida por causa da abundância de um determinado produto.

O consultor legislativo da Câmara Paulo César Ribeiro Lima também defende o controle do Estado sobre a produção.

— Se olharmos o mapa, no mundo, onde o óleo está presente, o petróleo é controlado e produzido por Estados e por empresas estatais — disse.

Lima, que trabalhou na estatal, disse que a Petrobras tem conhecimento que nenhuma outra empresa no mundo tem na operação em águas profundas e é imbatível no quesito custo.

Já o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Martins Almeida, disse que a situação da Petrobras é conjuntural e a companhia tem condições de explorar o pré-sal. Ele frisou que o atual modelo está começando a ser testado no país e ainda não deveria ser alterado.

Competição

Entre os que se mostraram a favor do PLS 131, está o diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Alberto Machado. Para ele, a flexibilização das regras de exploração do petróleo abrirá a possibilidade para a indústria conhecer requisitos técnicos de empresas internacionais, fortalecendo a participação do empresariado brasileiro no mercado mundial. Conforme o executivo, haverá também a ampliação da demanda por produtos.

— Quando temos um cliente só, a

indústria fica de alguma forma amarrada a esse cliente — disse.

Opinião semelhante tem o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Marques de Toledo Camargo, para quem as boas empresas, como a Petrobras, prosperam ainda mais num ambiente de competição sadia. Segundo ele, a existência de um operador único contribuiu para tornar o Brasil menos atrativo a investimentos globais.

— Um operador único é cliente único e aumenta o risco das empresas investirem. Com diversidade, diminui a exposição ao risco. A multiplicidade de operadores é vista como grande valia — opinou.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, as dificuldades financeiras da Petrobras já justificam o projeto. Ele lembrou que a estatal tem dívida equivalente a cinco vezes a capacidade de geração de caixa e reduziu em 37% a previsão de investimentos entre 2015 a 2019.

Segundo Pires, os números que estão no plano de negócios da empresa para o período mostram uma companhia em grave dificuldade financeira, o que ele atribuiu às “barbeiragens de gestão”, e sem recursos para explorar o pré-sal.

Única representante da Petrobras no debate, a assessora jurídica da estatal Claudia Zacour evitou tomar partido e limitou-se a dizer que a empresa se ajustará a um novo ordenamento caso o Legislativo aprove o PLS 131/2015.

As sessões temáticas de Plenário foram instituídas para debater temas de grande relevância em tramitação no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que outras reuniões vão tratar de temas como segurança pública, financiamento de campanhas e financiamento estudantil.

Maioria dos senadores pede mais tempo para analisar proposta

A maior parte dos senadores que falaram na sessão temática se colocou contra o projeto de Serra ou pediu mais tempo para analisá-lo.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse estranhar a rapidez para votar o texto sem que haja discussões exaustivas nas comissões. Para ele, o apoio das empresas privadas do setor ao projeto evidencia o que está por trás da agilidade na votação. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a obrigatoriedade de participação de 30% da Petrobras na exploração do pré-sal não é um ônus para a companhia. Segundo ele, a atividade pode gerar entre US\$ 6,2 trilhões e US\$ 30 trilhões dependendo da variação do preço do barril.

Edison Lobão (PMDB-MA) enfatizou que as despesas serão ressarcidas a partir do momento em que o petróleo for explorado. Para ele, deve-se manter a lei como está ou examinar a proposta de Serra com prudência. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que, embora a Petrobras vá reduzir investimentos, destinará R\$ 130 bilhões à exploração de petróleo.

Simone Tebet (PMDB-MS) avaliou que, com a Petrobras fragilizada por escândalos e prejuízos, a mudança proposta por Serra pode enfraquecer ainda mais a estatal. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, apesar dos problemas que a Petrobras atravessa, a estatal não apresenta queda de produção e continua recebendo prêmios internacionais de excelência técnica.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse esperar que “o Senado não cometa esse suicídio [de aprovar a proposta], porque poderá passar para a história como um crime de lesa pátria”. Para Telmário Mota (PDT-RR), as irregularidades envolvendo alguns dirigentes da companhia não devem respingar no trabalho de décadas da empresa.

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que o projeto seja analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, que ele preside. Lídice da Mata (PSB-BA) sugeriu que o texto passe também pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE).

Favorável ao projeto de Serra, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que o pré-sal não é um bilhete premiado, porque “petróleo bom é petróleo explorado, e petróleo para ser explorado precisa de capital”. Na mesma linha, Lúcia Vânia (sem partido-GO) disse que a exploração do pré-sal está muito além da capacidade financeira da Petrobras. A senadora advertiu que o Brasil não pode concentrar o desenvolvimento energético nas mãos de uma única empresa.



Serra defende o projeto dele, alegando que o modelo de partilha não será descontinuado e que a atuação da estatal está amparada pela Lei do Petróleo

Serra diz que projeto é uma medida patriótica para fortalecer a estatal

José Serra (PSDB-SP) voltou a rebater as críticas contra o projeto dele que libera a Petrobras da função de operadora única do pré-sal (PLS 131/2015). Na sessão temática sobre o assunto ontem, ele refutou as acusações de que estaria defendendo o interesse de grandes corporações e afirmou que a proposta é uma “medida patriótica” para fortalecer a estatal, que atravessa uma situação difícil.

— O projeto única e exclusivamente retira a obrigatoriedade da Petrobras estar presente em todos os poços e de

banco 30% do investimento.

O senador afirmou ainda que o projeto não acaba com o modelo de partilha e lembrou que a própria Lei do Petróleo (Lei 9.478/1997) já garante os interesses brasileiros quando dá ao Conselho Nacional de Energia Elétrica o poder de alocar para a Petrobras diretamente a exploração e a produção em qualquer área de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Ao defender que o projeto não desprestigia a Petrobras, mas retira um ônus da estatal, Serra reiterou que a

obrigação da empresa de participar do pré-sal causa perda de empregos e prejudica a indústria petrolífera.

Ele frisou que, desde a descoberta do pré-sal e a implantação da partilha, foi feito apenas um leilão. Acrescentou que, desde 2010, a produção de petróleo no país cresceu apenas 12,6%, o que classificou como semiestagnação.

Serra atribuiu as dificuldades da Petrobras à “megalomania do governo” com a política de contenção de preços do petróleo e o investimento em refinarias.

Falta de regras prejudica centro de biotecnologia

Senadores e especialistas discutiram dificuldades enfrentadas por órgão que fica em Manaus, foi criado em 2002 e até hoje não tem autonomia para fechar convênios e contratos

CRIADO EM 2002 para ser o principal centro de pesquisa e produção tecnológica a partir da biodiversidade regional e ajudar a impulsionar o setor, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) ainda não tem personalidade jurídica nem autonomia para firmar contratos e convênios. A situação do centro foi tema de um debate ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Os senadores participantes e os debatedores concordaram que o CBA é subutilizado, o que tem levado o Brasil a perder a oportunidade de desponar no setor de biotecnologia.

No dia 16, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) assumiu a responsabilidade de gerir o CBA, que fica em Manaus. Até então, o CBA era gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A mudança na gestão foi motivada pelo fim do convênio entre a Suframa e a Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera.

Senadores e representantes do governo federal concordam que o convênio com o Inmetro é uma situação apenas emergencial para evitar que o centro feche as portas.



O senador Cristovam Buarque (3º à esq.) conduz a audiência pública, entre representantes do governo e pesquisadores

— O CBA não é só da Amazônia, é do Brasil inteiro, e é uma oportunidade que temos de incluir a região amazônica no mundo e, incluindo a região amazônica no mundo, incluir o país — disse Fernando Lourenço Nunes Neto, do Ministério do Desenvolvimento.

Pressa

Uma das ideias que tem ganhado força é transformar o CBA em organização social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

— Com isso, nós resolveríamos a governança do CBA e, ao

mesmo tempo, permitiríamos esse sonho, que é organizar o sistema de biotecnologia e ter o CBA como uma dessas cabeças do sistema na Região Norte — disse o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Jailson Bittencourt.

Para Omar Aziz (PSD-AM), “esse processo não pode levar outros 13 anos”:

— Se isso estivesse funcionando há 13 anos, nós já teríamos conhecido boa parte da nossa biodiversidade.

Professores e pesquisadores também têm pressa. Eles cobram mais investimentos e a

definição do modelo de gestão do centro. O local já chegou a abrigar 200 pesquisadores. Atualmente, são 48 cientistas.

— Tem estudo de um anticancerígeno, por exemplo, a partir de diversas moléculas de micro-organismos, mas não saiu até hoje porque o CBA não tem o CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica]. Nenhuma empresa faz um acordo de cooperação sem o CNPJ, sem segurança jurídica — disse Dácio Montenegro, da Comissão do Movimento Pró-CBA.

Segundo Rafael de Sá Marques, diretor do Departamento

do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, a indústria farmacêutica segue na contra-mão da crise e registra crescimento. — Se o Brasil, que tem toda a potencialidade de se desenvolver e participar desse mercado, não fizer uso da biotecnologia, não disponibilizar o conhecimento tecnológico para fazer a integração entre a academia e empresas, vamos perder mais uma vez o trem da história.

Patentes

Sandra Braga (PMDB-AM) concordou:

— O mais grave é perder a oportunidade de lançar uma nova economia, um novo modelo de economia para a região, que é a economia verde.

Valdir Raupp (PMDB-RO) e Walter Pinheiro (PT-BA) afirmaram que o país está atrasado em aproveitar a biodiversidade. Um exemplo disso é a demora na liberação de patentes.

— O Brasil está tão lento nas suas decisões que demora 11 anos para se conseguir uma patente, enquanto nos Estados Unidos são de 2 a 3 anos — comparou Raupp.

Comissão fará audiências sobre revitalização do São Francisco

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o plano de trabalho apresentado por Otto Alencar (PSD-BA) para avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Ele explicou que o programa deverá ser executado em 20 anos e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, outros órgãos do governo federal, a população local e governos estaduais e municipais. Para o senador, a revitalização deve ser pré-requisito para a transposição

das águas do São Francisco.

— Só se produz água plantando árvores, replantando as matas nas margens dos rios. São as matas ciliares que seguram a erosão. Se destruímos as matas, a água bate, a enxurrada vem e leva a terra para dentro do rio, assoreando o rio. Isso é um crime contra a natureza — afirmou Otto.

A comissão visitará localidades da bacia hidrográfica, a serem selecionadas em função da relevância para avaliação do programa de revitalização do rio.

Até o fim do ano, o senador apresentará o relatório da avaliação, para ser votado na CMA.

Preço fixo para livro favorece acesso, aponta seminário

Representantes do governo e de editoras apoiaram ontem iniciativas para ampliar o acesso aos livros. Uma das propostas prevê a fixação de preço único no primeiro ano após o lançamento. O tema foi discutido em seminário internacional da Comissão de Educação (CE).

Os 500 livros mais vendidos no Brasil concentram mais de 30% das vendas. Boa parte dos lançamentos é vendida com descontos promocionais, que, embora agradem consumidores de grandes redes, dificultam o acesso nos locais afastados.

Um projeto em discussão cria a Política Nacional do Livro, que limita descontos sobre novas publicações a 10% durante um ano. Depois, o preço seria liberado. Para a autora do PLS



Castilho, Ferreira e Costa participam do seminário coordenado por Fátima

49/2015, Fátima Bezerra (PT-RN), a regulação multiplicará os pontos de venda.

Outro tema foi a regulação do mercado literário digital. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, disse que é preciso criar um sistema legal que mantenha o caráter aberto e a neutralidade da rede, mas capaz de proteger os produtores de conteúdo.

Richard Charkin, da Associação Internacional de Editores, elogiou o preço fixo e disse que ele deve ser acompanhado de políticas contra monopólio e pirataria. Também participaram, entre outros, os secretários-executivos do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, e do Plano Nacional do Livro e Leitura, José Castilho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Alguns senadores discordaram da necessidade da quebra de sigilo. Para Randolfe, autor dos requerimentos, se a comissão não puder acessar dados, não precisa existir

CPI do HSBC aprova pedidos de quebra de sigilo

A CPI DO HSBC aprovou ontem requerimentos de quebra de sigilo fiscal e bancário de clientes investigados por operações irregulares com o banco. A comissão vai solicitar a quebra de sigilo de dois ex-diretores do Metrô de São Paulo: Paulo Celso Mano Moreira e Ademir Venâncio de Araújo, suspeitos de irregularidades administrativas. O período em que tiveram conta no HSBC da Suíça coincidiria com o tempo em que foram diretores do órgão.

A aprovação dos requerimentos foi polêmica. Alguns senadores questionaram o momento e a necessidade da quebra de sigilo. O presidente da CPI, Paulo Rocha (PT-PA), informou que a CPI elencou os nomes divulgados pela imprensa e enviou correspondência com pedido de informação sobre as operações.

— Alguns responderam, outros não. Assim, a CPI decidiu avançar com o pedido de quebra de sigilo — explicou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da CPI



Randolfe Rodrigues (D), vice-presidente da comissão, defende a aprovação dos requerimentos, ao lado de Ricardo Ferraço (E), relator, e Paulo Rocha, presidente

e autor dos requerimentos, acrescentou que as correspondências e os requerimentos de quebra de sigilo foram baseados em informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre “operações financeiras atípicas”. Para ele, se a CPI não convocar para depor nem quebrar sigilo, não precisa existir:

— CPI precisa investigar e precisamos de matéria-prima, que é a quebra de sigilo.

Paulo Bauer (PSDB-SC) sugeriu retirada de requerimento

e envio de mais correspondências em alguns casos, como o do apresentador de TV Ratinho e de sua esposa, para os quais a CPI vai pedir mais esclarecimentos. Bauer observou que quando o Coaf diz que uma operação financeira é atípica, não quer dizer que é, necessariamente, ilegal.

— Eu não quero que haja prejulgamento — afirmou.

A CPI também aprovou o pedido de quebra de sigilo de Jacks Rabinovich, ex-proprietário do Grupo Vicunha, e de Jorge

Roberto Silveira, ex-prefeito de Niterói (RJ). Mas recusou o do empresário Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional, que, segundo Randolfe, recebeu a correspondência da CPI, mas se recusou a informar os dados solicitados, alegando ilegalidade da lista de suspeitos.

Para Otto Alencar (PSD-BA), que vai apresentar requerimento para Steinbruch depor na CPI, se quebrar sigilo não for encarado como “algo natural, é melhor encerrar a CPI”. Já Ciro

Nogueira (PP-PI) acredita que quebrar o sigilo é “uma temeridade e uma precipitação”.

A CPI também aprovou audiência pública com Lucas Salgado, consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, cuja pesquisa apontou o HSBC como o banco menos transparente do Brasil. Ainda foi aprovado requerimento, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da comissão, solicitando ao HSBC a lista completa dos brasileiros que tinham conta na Suíça entre 2006 e 2007.

Deponentes se calam sobre corrupção no Carf

Dois dos depoentes ouvidos ontem pela CPI que investiga denúncias de fraude no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) preferiram ficar calados e não responderam aos senadores. A terceira depoente, ex-funcionária de uma das empresas envolvidas, falou aos senadores em reunião fechada.

Gegliane Maria Bessa, que trabalhou em um dos principais escritórios que cuidavam de processos no Carf, a J.R. Silva Advogados e Associados, mora fora do país, mas veio ao Brasil depor na Polícia Federal e à CPI. Segundo a relatora da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gegliane contribuiu com a CPI e pode contribuir muito mais.

— Ela aceitou falar de forma reservada e muito seletiva, mas com sua permanência no Brasil, poderemos continuar o diálogo — disse Vanessa.



CPI presidida por Ataídes não obteve respostas da ex-conselheira Adriana

Após a oitiva a portas fechadas, a reunião continuou com a presença de Adriana Oliveira e Ribeiro, sócia da J.R. Silva Advogados, conselheira do órgão entre 2011 e 2014 e apontada como uma das principais peças do esquema em que grandes empresas subornavam integrantes do Carf para serem absolvidas de pagar impostos ou terem o valor reduzido. A advogada alegou não ter tido acesso a todos os documentos do processo e, por isso, se recusou a responder às perguntas.

Já Jorge Victor Rodrigues, consultor tributário que também foi conselheiro do órgão entre 2011 e 2014 e é acusado de intermediar o pagamento de propina a conselheiros, chegou a responder a algumas das perguntas do presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Rodrigues garantiu não ter participado dos julgamentos dos processos investigados pela comissão. Ele se negou, entretanto, a responder às questões relacionadas diretamente ao esquema de corrupção no Carf.

Comissão pede auditoria do TCU no fundo Postalis

Requerimento de solicitação ao Tribunal de Contas da União (TCU) de auditoria no Postalis, fundo de pensão dos Correios, foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Autor do requerimento, Otto Alencar (PSD-BA) explica que o Postalis, entidade de previdência complementar dos empregados dos Correios, enfrenta déficit de R\$ 5,6 bilhões, resultado de “ingerência política, investimentos desastrosos e regulação frágil”.

Para ele, o pedido de auditoria se justifica pelo fato de a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão regulador dos fundos de pensão, não ter adotado providências

necessárias, apesar dos 35 autos de infração lavrados por irregularidades no Postalis.

Audiências públicas

A CMA também aprovou mais sete requerimentos de realização de audiências públicas sobre os seguintes temas: o processo de deterioração da empresa de energia elétrica de Goiás (Celg) e a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia; a crise econômica e social brasileira; os níveis de desmatamento da Amazônia; o Centro de Biotecnologia da Amazônia; a política de sanidade animal; a elaboração da Lei Geral das Agências Reguladoras Federais; e a extinção da obrigatoriedade de selo identificador de transgênicos nos rótulos de produtos.

Operadores de telemarketing querem regulamentar profissão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) avaliou ontem, em audiência, as condições de trabalho dos operadores de telemarketing. Os participantes destacaram a necessidade de regulamentação da profissão, para conter abusos.

Representantes de sindicatos, do Ministério do Trabalho e do Poder Judiciário, além de pesquisadores, explicaram aos senadores que os trabalhadores do setor, muitos deles jovens no primeiro emprego, sofrem

problemas de saúde, físicos e emocionais, devido às condições de trabalho. Segundo eles, os trabalhadores enfrentam pressão diária por resultados, vinculação do pagamento a metas de desempenho difíceis e constante assédio moral.

Segundo o médico e auditor do trabalho Airton Marinho da Silva, baixa remuneração, pressão por resultados, locais de trabalho insalubres e controle até sobre pausas para ida ao banheiro e alimentação são



No debate, operadores reclamaram de remuneração e condições de trabalho

os responsáveis pelo alto índice de afastamentos por doenças.

A presidente do Sindicato dos

Trabalhadores em Empresas de Telemarketing de Campinas e Região, Vivian Queiroz,

afirmou que a definição de piso salarial nacional e a regulamentação da profissão vão ajudar a combater abusos. A expectativa da categoria é a apresentação de proposta para um projeto de lei de regulamentação da profissão.

Para Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, a precariedade é exemplo do efeito negativo da terceirização. O senador disse que o tema vai ser discutido em outra reunião, com a participação de empresários.



Objetivo da proposta é reduzir o preço dos dispositivos especiais para viabilizar o uso por pessoas com menos recursos

Adaptação de carro para deficiente pode ficar sem IPI

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos isenta do tributo equipamentos como plataforma de elevação de cadeira de rodas. Texto deve seguir para análise da Câmara dos Deputados

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas operações com acessórios e adaptações especiais para veículos destinados a pessoa com deficiência. A medida deverá abranger também a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o PIS-Pasep.

Como foi aprovado em decisão final, o projeto (PLS 257/2013) poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

De acordo com a proposta, ficam isentos dos tributos elevadores do tipo *lift*, plataformas de elevação para cadeira de rodas, guinchos para transporte de cadeira de rodas, bancos móveis e outros equipamentos necessários à adaptação de motoristas impossibilitados de dirigir um veículo convencional.

Autor do projeto, o ex-senador Casildo Maldaner argumenta que a elevada carga tributária sobre as adaptações veiculares limita o acesso dos mais necessitados a essas tecnologias. Assim, aponta, qualquer medida que reduza o valor de venda desses dispositivos e promova

o consumo tem repercussão social positiva, o que reflete favoravelmente também na economia.

Em relatório favorável ao projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou substitutivo para adaptar a proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma das providências tomadas pelo senador foi anexar ao projeto cálculo da estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do substitutivo.

No exame das emendas, o relator rejeitou sugestão de Ana Amélia (PP-RS) que pretendia obrigar a União a compensar financeiramente os demais entes da Federação pelas isenções criadas.

Texto proíbe boates de expor cliente a risco

Foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto que proíbe estabelecimentos comerciais, como boates e casas de shows, de impedir a saída do cliente, colocando-o em risco sob o argumento de efetivar cobrança por produtos e serviços.

No texto original do PLS 71/2013, o autor, Jorge Viana (PT-AC), propõe alterar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) para proibir o uso de recursos tecnológicos de cobrança, como comandas e cartões eletrônicos, “que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados”, como ocorreu no caso do incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013.

No entanto, o relator, Paulo

Rocha (PT-PA), considerou que esses recursos tecnológicos são úteis nas relações comerciais nas casas noturnas e não deveriam ser proibidos. Como alternativa, o senador apresentou emenda para incluir como prática abusiva, no Código de Defesa do Consumidor, “expor a vida ou a saúde do consumidor a perigo direto

e iminente, impedindo-o de sair de ambiente fechado, sob o argumento de cobrar pagamento pelos produtos e serviços consumidos”.

A proposta foi aprovada em decisão final: se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado, o texto seguirá para exame da Câmara dos Deputados.



Projeto quer evitar tragédias como a da Boate Kiss, em Santa Maria, em 2013

Vai a Plenário benefício a microempresa em crise

As micros e pequenas empresas poderão ter mais facilidades na recuperação judicial. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado 285/2011 — Complementar, que as dispensa da apresentação de certidões negativas de débitos tributários para obtenção das condições previstas na Lei de Falências (Lei 11.101/2005).

Essa norma legal permite às firmas em recuperação judicial o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais, acrescidas de juros equivalentes à Selic. Entretanto, conforme o autor do projeto, Ciro Nogueira (PP-PI), a concessão ainda depende da apresentação de regularidade fiscal, o

que inviabiliza o pedido por parte dos pequenos empresários. O senador ressalta que muitas vezes os empresários precisam entrar com a solicitação de recuperação judicial justamente para pagar impostos.

Em relatório favorável ao projeto, José Pimentel (PT-CE) afirma que a dispensa da certidão não significa perdão de dívidas com a Fazenda Pública. “A empresa devedora continuará obrigada a arcar com débitos de titularidade do Estado, mas poderá obter a recuperação judicial ainda que existam débitos vencidos”, esclarece o relatório.

O projeto, que já teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será votado pelo Plenário.

Avança projeto que cria a Lei Geral das Religiões

Proposta que cria a Lei Geral das Religiões, como é chamado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 160/2009, que trata das garantias e dos direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi favorável a sete emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), entre elas a inexistência de registro para qualquer grupo que queira compartilhar crenças e ritos. Porém, será requerida personalidade jurídica para a entidade fazer parceria com o Estado em atividades de interesse público.

De autoria do deputado licenciado George Hilton, atual ministro do Esporte, o texto enviado ao Senado resultou de substitutivo do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

O projeto garante normas já reconhecidas pela jurisprudência brasileira sobre questões como a inexistência de vínculo empregatício entre religiosos e igrejas. Estabelece também que a violação à liberdade de crença e à proteção dos locais de culto e suas liturgias sujeita o infrator a sanções do Código Penal, além da responsabilização civil pelos danos provocados.

Com a aprovação do parecer, a proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Relatório sobre contas do governo será debatido

A CAE aprovou a realização de audiência sobre os impactos econômicos das irregularidades nas contas do governo de 2014, apontadas em relatório do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além do próprio Nardes, deverão ser convidados Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público no TCU; Mansueto Almeida, especialista em contas públicas; o auditor federal de controle externo do TCU Antônio Carlos Carvalho Júnior; o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; e o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O requerimento é de

autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF).

A CAE aprovou também audiência para debater a renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017. A audiência, requerida por Walter Pinheiro (PT-BA), será em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Deverão ser convidados o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga; o ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho; e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino.

As duas audiências ainda não têm data marcada para acontecer.